

Apêndice A.5 - Principais políticas públicas e instrumentos de gestão incidentes no ambiente marinho-costeiro

Tabela 1 – Setor: Geral

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
	Direito do Mar	Lei nº 8.617, de 04 de janeiro de 1993	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental jurídica do Brasil.	Definição de zonas geográficas com regras específicas; previsão de medidas de fiscalização.	No âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) encontra-se a Subcomissão para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), composta por oito membros do governo federal.
		Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995	Declara a entrada em vigor, para o Brasil, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.		
Pesca, turismo, infraestrutura e espécies exóticas	Política Marítima Nacional	Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994	Aprova a Política Marítima Nacional.		O Decreto nº 10.607/2021 instituiu um Grupo de Trabalho para reformular a Política Marítima Nacional, composto por 15 representantes do governo federal.
Pesca, espécies exóticas	Política Nacional para os Recursos do Mar	Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005	Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar.	Planos setoriais plurianuais, programas e ações.	Política coordenada pela CIRM, atualmente composta por 17 órgãos federais.
Pesca e impactos das mudanças climáticas	Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020	Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar.	Fomento à pesquisa científica e estudos; ações e estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade; Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura; formação de recursos humanos.	No âmbito da Subcomissão para o PSRM da CIRM estão previstos diversos comitês executivos e grupos técnicos, em sua grande maioria compostos exclusivamente por órgãos do governo federal.

Tabela 2 – Setor: Gestão Territorial

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativo s	Estruturas de governança principais
Todos	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.	Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro; sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro, Relatório de Qualidade Ambiental da zona costeira, Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, macrodiagnóstico da zona costeira.	Atribuições divididas entre as três esferas do poder público. O Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), criado no âmbito da CIRM e único colegiado da comissão que contava com representantes da sociedade civil, foi extinto pela Portaria nº 226/MB/2020.
Turismo, Expansão Urbana, Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia) e impactos das mudanças climáticas	Gestão dos terrenos de marinha	Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012.	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).	Etnomapeamento; etnozoneamento.	O Comitê Gestor da PNGATI, com composição paritária entre governo e representações indígenas, foi extinto pelo Decreto nº 9.759/2019.
Turismo, Expansão Urbana, Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia) e impactos das mudanças climáticas	Gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais	Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.	Contratos de cessão de uso; alienação de imóveis.	

Tabela 3 – Setor: Meio Ambiente

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
	Política Nacional do Meio Ambiente	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	Padrões de qualidade ambiental; zoneamento ambiental; avaliação de impactos ambientais; licenciamento ambiental; criação de áreas protegidas; sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.	O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) constitui o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), sendo composto, atualmente, por 36 representantes, dos quais oito oriundos de entidades ambientalistas.
	Política Nacional da Biodiversidade	Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	Conhecimento da Biodiversidade; Conservação da Biodiversidade; Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade; Monitoramento, Avaliação, Prevenção e Mitigação de Impactos sobre a Biodiversidade; Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios; Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade; Fortalecimento Jurídico e Institucional para a Gestão da Biodiversidade.	
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	Unidades de Conservação; zoneamento; planos de manejo; Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; termo de compromisso.	Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgãos federais, estaduais e municipais, Conselhos Gestores das Unidades de Conservação (consultivos e deliberativos).
	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	Decreto nº 5.758, de 13 abril de 2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.	Promover pesquisa; implementação das Convenções do Patrimônio Mundial e de Ramsar.	Foi criada a Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, composta por diversas representações de órgãos federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, porém extinta pelo Decreto nº 9.759/2019.
	Lei da Mata Atlântica	Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.		

(continua)

Tabela 3 – Setor: Meio Ambiente (continuação)

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
	Código Florestal	Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.	Área de Preservação Permanente; Reserva legal; Cadastro Ambiental Rural; Cota de Reserva Ambiental; Programas de Regularização Ambiental.	
	Áreas Prioritárias para a Biodiversidade	Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 Portaria MMA nº 463, de 18 de dezembro de 2018	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. Reconhece a última atualização das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, inclusive na zona costeira e marinha.	Lista de áreas prioritárias.	A definição das áreas prioritárias é feita mediante ampla participação de grupos de gestores e técnicos públicos, especialistas e entidades ambientais dos biomas brasileiros, sendo instituídas por Portaria do Ministério do Meio Ambiente.
Pesca	Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção	Portarias MMA nº 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014	Reconhece as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.	Lista de espécies ameaçadas, regras para manejo sustentável das espécies.	Lista definida por grupos de cientistas sob coordenação do ICMBio e aprovada pela Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio).
	Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado	Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.	Acordo de repartição de benefícios; Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios; autorizações e cadastro de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado; Planos de Desenvolvimento Sustentável de Populações ou Comunidades Tradicionais.	O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) é o colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal desta política, composto por nove representantes do governo federal e oito da sociedade civil (setor empresarial, setor acadêmico e populações indígenas e agricultores e comunidades tradicionais).
	Política Nacional de Educação Ambiental	Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), dispõe sobre a educação ambiental. Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental.	Transversalidade escola formal.	Até sua extinção pelo Decreto nº 9.759/2019, o Órgão Gestor federal da PNEA era assessorado por um Comitê Assessor composto por 13 representantes de diferentes setores. No âmbito estadual existem as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental.

Tabela 4 – Setor: Mudança do Clima

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Impactos das mudanças climáticas	Política Nacional sobre Mudança do Clima	Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).	Plano Nacional sobre Mudança do Clima; Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas; Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; linhas de crédito e financiamento específicas.	O principal espaço de governança da PNMC é o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde, que tem como órgão de deliberação o Conselho de Ministros, com 11 membros.
Impactos das Mudanças Climáticas	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	Portaria MMA nº 150, de 10 de maio de 2016	Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.		Foi estruturado, no âmbito do PNA, um Grupo Técnico de Adaptação, hoje extinto e anteriormente integrado pelo MMA, pelo MCTI e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Tabela 5 – Setor: Recursos Hídricos

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
	Política Nacional de Recursos Hídricos	Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Planos de Recursos Hídricos; enquadramento dos corpos de água em classes; outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; cobrança pelo uso de recursos hídricos; Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.	O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é formado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (composto por 37 membros, sendo 19 representando o governo federal, nove os conselhos estaduais e distritais de recursos hídricos, seis os setores usuários de recursos hídricos e três as organizações da sociedade civil), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, Comitês de Bacia Hidrográfica e as Agências de Água.
	Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrada ao Gerenciamento Costeiro	Resolução CNRH nº 148, de 13 de dezembro de 2012	Aprova o detalhamento operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.		

Tabela 6 – Setor: Saneamento

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
	Política Nacional de Saneamento Básico	Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico.		O Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), composto por seis Ministros de Estado, tem como atribuição principal coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico.
	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Planos de resíduos sólidos; sistema declaratório anual de resíduos sólidos; Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir); acordos setoriais.	
	Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar	Portaria MMA nº 209, de 22 de março de 2019	Aprova o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar.		

Tabela 7 – Setor: Energia

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Política Nacional Energética	Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.		Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), composto por 12 representantes do alto escalão de órgão federais (11 membros com status de Ministro e o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética).
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Poluição causada por óleo e outras substâncias	Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.		
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Exploração de petróleo e gás em áreas do pré-sal	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.		
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo	Decreto nº 10.950, de 27 de janeiro de 2022	Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC).	Planos de Emergência Individuais e de Área; cartas de sensibilidade ambiental ao óleo.	Além da Autoridade Nacional (exercida pelo Ministro do Meio Ambiente), a estrutura organizacional do PNC conta com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação e a Rede de Atuação Integrada, que contam apenas com representantes do governo federal.
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Geração de energia <i>offshore</i>	Decreto nº 10.946, de 25 de janeiro de 2022	Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento <i>offshore</i> .		

Tabela 8 – Setor: Pesca e Aquicultura

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Pesca e espécies invasoras	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras.	Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP); emissão de concessões, autorizações e licenças; estabelecimento de períodos, áreas e limites de captura, entre outros.	O Decreto nº 10.736/2021 instituiu a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), de caráter consultivo e de assessoramento, composta por Comitês Permanentes de Gestão da Pesca, com representantes de órgãos públicos e da sociedade envolvida com a atividade pesqueira.
Pesca	Operação de embarcações pesqueiras	Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003	Estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais, e dá outras providências.	Definição de áreas de operação de pesca; medidas de controle do esforço de pesca (ex: volume, petrechos, modalidades); medidas de monitoramento (ex: mapas de bordo).	
	Cessão de águas da União	Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020	Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura.		

Tabela 9 – Setor: Transporte Aquaviário e Portos

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Ordenamento do transporte aquaviário	Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.		
		Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.		
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Exploração portuária	Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.		
Infraestrutura (portos, exploração de petróleo, geração de energia)	Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar)	Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar).		

Tabela 10 – Setor: Turismo

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Turismo	Política Nacional de Turismo	Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.	Plano Nacional de Turismo	O Conselho Nacional do Turismo (CNT), responsável por assessorar a formulação e implementação da Política Nacional do Turismo, é composto por 68 membros, sendo 39 representando o setor privado e 26 o poder público, além de três indicações da Presidência.
Turismo	Plano Nacional de Turismo	Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019	Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022.		

Tabela 11 – Setor: Gestão Urbana

Vetor relacionado	Política Pública	Ato normativo	Descrição	Instrumentos exemplificativos	Estruturas de governança principais
Expansão Urbana	Estatuto das Cidades	Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001	Estabelece diretrizes gerais da política urbana.	Planos nacionais, regionais (macro ou microregiões), estaduais e municipais que tratam da ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (ex. zoneamentos, planos diretores e diretrizes orçamentárias). Institutos tributários e financeiros (ex. IPTU, incentivos fiscais), jurídicos e políticos (ex. desapropriação). Estudos de impacto ambiental (EIA) e de vizinhança (EIV).	
Expansão Urbana	Estatuto das Metrópoles	Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015	Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257 de 2001.	Planos de desenvolvimento, consórcios, convênios e cooperação, parcerias público-privadas interfederativas.	
	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).		O CONPDEC é composto por 14 membros, sendo oito do governo federal, quatro de órgãos estaduais e municipais de defesa civil, um de instituição de ensino e pesquisa e um de organização da sociedade civil com atuação reconhecida na área.